

SOBRE O OLHAR, O TESTEMUNHO E A EXPERIÊNCIA DE EUCLIDES DA CUNHA NOS SERTÕES BAIANOS

NATHÁLIA SANGLARD DE ALMEIDA NOGUEIRA *

Resumo:

Este trabalho examina, a partir da caderneta de campo e das correspondências de Euclides da Cunha para o jornal *O Estado de S. Paulo*, redigidas durante sua viagem à Bahia, as estratégias retóricas através das quais o autor assegurou sua presença e a legitimidade do seu relato sobre os sertões. Ao asseverar a primazia do contato, do olhar, Euclides dialogava com uma historiografia que contestava a limitação da operação historiográfica ao exame de arquivos, sustentando sua ampliação com pesquisas de cunho etnográfico.

Palavras-chave: *Euclides da Cunha; testemunho; olhar etnográfico.*

Abstract:

This paper examines rhetoric strategies in Euclides da Cunha's note fields and letters to the journal *Estado de São Paulo*. Written during a voyage to Bahia, these writings testify Euclides' presence in the backlands and legitimate his ideas. The primacy of interaction and closeness are one of their central topics. By speaking up for ethnographic researches, Euclides opposes to a historiography that limited the historiographic work to the examination of archives.

Key-words: *Euclides da Cunha; testimony; ethnographic eye.*

Artigo recebido em 24 de Novembro de 2013 e aprovado para publicação em 10 de Janeiro de 2014.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da CAPES. E-mail: nathaliasanglard@gmail.com.

Euclides partiu do Rio de Janeiro, em 03 de agosto de 1897, no navio *Espírito Santo*, com a quarta e última expedição militar enviada a Canudos, e chegou a Salvador, no dia 07 do mesmo mês. Alcançou o foco da refrega, em 16 de setembro, onde permaneceu até 03 de outubro, tendo embarcado a 16 deste mês para o Rio de Janeiro, a bordo do *Brasil*¹. Em todo o percurso, que abrangeu, além da capital baiana e do arraial, Alagoinhas, Queimadas, Tanquinho, Cansação, Quirinquinquá e Monte Santo, Euclides tomou nota de quase tudo que o cercava, desde plantas, relevos, aparência física dos sertanejos a listas de vocábulos que lhe soavam curiosos, de sorte a escrever até em punho de camisa, conforme Olímpio de Souza Andrade².

Se a novidade do que se apresentava converteu, excepcionalmente, mesmo uma peça de seu vestuário em suporte para fixar o que os olhos apreendiam, o destino mais corriqueiro dos comentários de Euclides era um caderno de bolso que levava consigo.

Assim, este artigo objetiva estudar, sobretudo a partir da caderneta de campo e das correspondências enviadas para *O Estado de S. Paulo*, redigidas durante a viagem à Bahia, para a cobertura do conflito de Canudos, o modo como Euclides da Cunha inscrevia sua presença e buscava certificar a veracidade das informações captadas por seu olhar. Em letras miúdas, ora a lápis, ora a caneta, os apontamentos despejados em seus canhenhos para salvaguardar os pormenores dos lampejos dos olhos e de uma memória fugidia, convertidos, depois, em cartas para o jornal paulista, desvelam a construção de um observador que mobilizava estratégias para delinear-se como um mestre da verdade.

As folhas da caderneta e as missivas ao jornal estão repletas de afirmativas de Euclides concernentes à correção do desenho dos episódios. Por mais absurdas que soassem determinadas informações, defendia que a veracidade de suas palavras não poderia ser desacreditada, porque estava assentada na observação imediata, no duplo sentido de atenta ao mínimo instante e liberta de intermediários. Por isso, reiterava obstinadamente: “não exagero”, “eu vi”, “observei de perto”, “eu percorri”, “eu inquiri”, como que para validar seu discurso, o qual, em correspondência de 16 de agosto, alegava estar baseado em “inteiro conhecimento de causa” (CUNHA, 2000: 99).

O recurso de insistir em seu olhar milimétrico, fiel em demasia aos acontecimentos, saltou dos registros *in loco* para *Os sertões*. Abaixo, elegendo a primeira pessoa, a qual divide com a terceira, ao longo de todo o livro, uma ondulante indefinição,

¹ Para a data de chegada a Salvador e a Canudos, cf.: CUNHA, 1975: 1; 53. Sobre a saída de Canudos e a partida para o Rio de Janeiro, cf.: CALASANS, 1969.

² ANDRADE, Olímpio de Souza. “Introdução”. In: CUNHA, 1975: XXIII.

Euclides circunscreveu sua presença no cenário sobre o qual iria abordar na sequência, frisando o seu empenho quase cirúrgico:

Sejamos simples copistas. Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão — abandonados — há três séculos (CUNHA, 2001: 205) .

Aqui, Euclides embarcava em mais uma contradição, dentre as muitas que recheiam *Os sertões*. O extremado mimetismo dos episódios, na prática, poderia embaraçar seu projeto de busca da verdade, por não depurar as impressões e distinguir a realidade da aparência.

Mais tarde, na nota à segunda edição, de 1903, também publicada pela Laemmert e Companhia Editores, Euclides tentou aplanar o impasse e rebateu algumas imprecisões alardeadas. Fincar os pés nos sertões e firmar a vista severa na paisagem desafiadora eram, portanto, dois gestos que afiançavam a verossimilhança da narrativa e ampararam a resposta às críticas da recepção de sua obra mestra³.

Nesse investir, (...) obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará. E se não temesse envidar-me em paralelo que não mereço, gravaria na primeira página a frase nobremente sincera de Tucídides, ao escrever a história da guerra do Peloponeso — porque eu também embora sem a mesma visão aquilina, escrevi “sem dar crédito às primeiras testemunhas que encontrei, nem às minhas próprias impressões, mas narrando apenas os acontecimentos de que fui espectador ou sobre os quais tive informações seguras” (CUNHA, 2001: 784).

Apesar de alguma reserva de humildade por parte de Euclides, Tucídides surge, neste excerto, como seu mentor do fazer histórico e justifica, aqui, o aporte de François Hartog, em especial no artigo *O olhar de Tucídides e a história “verdadeira”*. Neste texto, Hartog discute como o autor de *História da Guerra do Peloponeso* imbuía-se de uma vontade de romper com o paradigma de Heródoto, recusando a render-se à economia do prazer e ao arrebatamento da palavra, para consignar por escrito somente a verdade. Ao avocar para si este papel, Tucídides tencionava inaugurar uma história austera e autêntica, o que, por óbvio, desqualificava as anteriores.

Nesta pesquisa pelo verídico, a visão fundava-se como o recurso imprescindível para o conhecimento histórico, o que implicava, além do contato direto, a

³ Para a recepção d’*Os sertões*, consultar reedição de um volume de 1903 da Laemmert & C., com diversas críticas, dentre as quais as de José Veríssimo, Araripe Júnior, Coelho Neto, Moreira Guimarães. Cf.: NASCIMENTO; FACIOLI, 2003. Também sobre a repercussão d’*Os sertões*, ver: ABREU, 1998.

confirmação do que os outros diziam ter visto. Por este motivo, o saber histórico era um ato de autópsia, ou seja, de ver por si mesmo, e, no mesmo passo, esquadrihar se o que a visão alheia apreendeu se amoldava à realidade. Segundo a definição de Hartog, para a perspectiva tucididiana:

Saber historicamente é ter um conhecimento claro e distinto, é também *to saphes skopein*, “ver claro”, “descobrir em sua clareza”, ou, ainda, (...) “encontrar claramente,” “tornar evidente”. Saber historicamente é ver. Mas ver não é, de saída, saber. É ainda necessário o trabalho do historiador que é, para Tucídides, investigar a *akribeia*, não da simples exatidão, mas da conformidade com os fatos. (...) A “acribia” é o que deve, tanto quanto seja possível, transformar o ver em saber ou em “ver claro”, garantir a adequação entre a narrativa e o real (HARTOG, 2001: 80-81).

A fim de ajustar a narrativa ao real, a busca, ou a investigação - para penetrar na acepção mais judicial do termo -, da verdade devia coligir, no caos da obscuridade ou das ilusões ópticas, os signos necessários e compará-los. Assim, o historiador agia como um juiz, que, em um mecanismo indiciário, ao reconstituir vestígios, testa-os, submete-os a questionamentos, nunca aceitando as primeiras camadas de um fato, para, ao cabo, estabelecer provas.

Na travessia dos tempos, o legado de Tucídides repercutiu na retórica euclidiana⁴. Preliminarmente, a proeminência da perseguição à verdade é um dos fios que amarra os textos de Euclides. Nas missivas a *O Estado*, como outrora salientado, e mesmo na caderneta, em muitas linhas que nem chegariam ao público, gravava um “a verdade é que”, cuja obtenção era atribuída ao seu acurado testemunho ocular, que não se deixava ludibriar pela mera aparência, nem se seduzir pelas fantasias. Embora profundas as agruras do sertão, Euclides dizia desvencilhar-se delas, “abeirando-se em trincheiras”, “desenfiando-se das balas”, em prol de uma observação o mais perto possível do ocorrido. As hostilidades da guerra e da natureza não lhe reprimiam, como redigiu em 10 de setembro, em Monte Santo, para o jornal paulista: “Nas longas investigações diariamente feitas pelos arredores, tenho estudado, com dificuldades embora, essa região ingrata” (CUNHA, 2000: 172).

Depois, em seu livro primordial, retornou a esta tópica, como examinado por Fernando Nicolazzi⁵, o que acenava para o objetivo de incrustar sua obra no cenário letrado

⁴ No artigo citado, Hartog avalia, também, a apropriação de Tucídides no século XIX. A precisão do olhar e o intento de relatar as coisas como de fato são teria convertido o “pai da história verdadeira” em figura tutelar da história analítica, metódica e positivista do Oitocentos. Cf. HARTOG, 2001: 85-91.

⁵ Nicolazzi, em artigo que revisita o capítulo IV de sua tese, abordou a construção do olhar e o modo como observador, viajante e narrador ora confluem, ora se afastam, no livro de Euclides da Cunha. Argumentando sobre o emprego, por parte de Euclides, de Tucídides e, substancialmente, de Taine, avalia como Euclides forjou estratégias para enfatizar a competência de sua narrativa. Cf. NICOLAZZI, 2009.

nacional, valorizando o percurso que desembocara em sua escrita. A comoção provocada pelos temores da empreitada e pelas provações com que tropeçava no caminho, inconcebíveis de serem aquilatados pelos críticos distantes, era acionada para abonar eventuais deslizos e eximir-se de críticas. Uma metáfora sobre a dificuldade de olhar as paragens sertanejas está, não gratuitamente, em *Insulamento no deserto*, no capítulo III, de *O Homem*:

Uma moléstia extravagante completa a sua desdita — a hemeralopia. Esta falsa cegueira é paradoxalmente feita pelas reações da luz; nasce dos dias claros e quentes, dos firmamentos fulgurantes, do vivo ondular dos ares em fogo sobre a terra nua. É uma plethora do olhar. Mas o Sol se esconde no poente a vítima nada mais vê. Está cega. A noite afoga-se de súbito, antes de envolver a Terra. E na manhã seguinte a vista extinta lhe revive, acendendo-se no primeiro lampejo do levante, para se apagar, de novo, à tarde, com intermitência dolorosa (CUNHA, 2001: 235-236).

Apenas quem se insula no deserto embriaga-se com a luz do sertão. O embaralhamento da vista, entretanto, não era perene e o observador, depois de ofuscado, reabilitava-se. Este recado de Euclides sugeria sua própria superação: por ter estado lá e experienciar, a perseverança lhe recompensava com a iluminação da verdade. Para Gínia Maria Gomes, esse turvamento inicial que se abria em claridade tinha ainda outra face, a da redenção e do quadro do paraíso, a evocar uma imaginação cristã (GOMES, 2003: 133-156).

Outra maneira de apresentar-se como perspicaz observador intrincava-se à pertinácia com que propalava a singularidade dos eventos diante de seus olhos. Nada do que havia visto antes se equiparava à realidade circundante e mesmo a literatura, com toda sua pujança, não dava conta de quão ímpar era a tela sertaneja. Apesar de leitor de relatos de viajantes, teses de cunho histórico e científico, mapas e relatórios sobre os sertões, dos quais extrairia importantes fontes para a confecção da obra de 1902, Euclides entoava uma dose de desencanto e frustração perante a insuficiência das categorias em voga para assimilar aquelas terras remotas.

Ao admitir, ao adentrar em Queimadas, em correspondência a *O Estado*, de 1º de setembro, “nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos” (CUNHA, 2000: 134), diagnosticava, portanto, um abismo entre miragem e paisagem. Este o rodeou em quase toda a viagem e, desde missiva de 16 de agosto, em Salvador, fora manifestado em tom de desalento, que se solveria, apenas, com o olhar empírico:

Realmente, quem quer que no momento atual, subordinando a lei rudimentar da filosofia, procure, neste meio, calcar as concepções subjetivas sobre os materiais objetivos, não as terá seguras e animadoras quando estes são tão incoerentes e desconexos (CUNHA, 2000: 100).

Também nesta direção, Nicolazzi debruçou-se sobre esta estratégia n' *Os sertões*, ponderando que, ao empregá-la, Euclides se colocava com larga vantagem em relação a seus predecessores (NICOLAZZI, 2009: 70-78). A experiência *in loco* e seu olhar, que não sucumbia aos vícios, apesar dos percalços, retificavam as outras impressões, inclusive as científicas. Essa retórica forjava não apenas um sujeito que havia visto, mas que sabia ver melhor, porque estava atento a tudo de peculiar que lhe tocava.

Esse fosso entre prefigurações, categorias científicas e o real palpável atormentou Euclides, em suas demais jornadas, e desponta em outros de seus registros, como, por exemplo, no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1906, quando reviveu o desencontro de sua primeira vista do rio Amazonas:

No submeter a fantasia ao plano geral da natureza, iludem-se os que nos supõem cada vez mais triunfantes e aptos a resumir tudo o que vemos no rigorismo impecável de algumas fórmulas incisivas e sêcas. Somos cada vez mais frágeis e perturbados. No perpétuo desequilíbrio entre o que imaginamos e o que existe, verificamos, atônitos, que a idealização mais afogueada apagam-no-la os novos quadros da existência (CUNHA, 1995: 230).

Os obstáculos da trajetória e os engodos dos juízos prévios tornavam árduo o escrutínio da verdade. Ainda na correspondência de 16 de agosto de 1897, Euclides escreveu: “Procurar-se a verdade neste torvelinho é impor-se tarefa estéril e fatigante de Sísifo” (CUNHA, 2000: 98). Não obstante esta anunciada esterilidade, que contrasta com a utilidade posteriormente propagandeada de seu estudo sobre os sertões, lançou-se no que cria uma atividade infundável de compilar vestígios e checar o seu acordo com o real.

Ainda na trilha de Tucídides, Euclides declarava-se no encalço da completude e da limpidez, o que o impulsionava a cotejar as visões, próprias e alheias, com o intuito de eliminar os embustes, as ilusões e as inexatidões. Por isso, resguardando-se de censuras, como patente na nota a segunda edição, em 1903, recrudescia sua filiação ao método de submeter as notícias coletadas a rigorosas críticas.

Além de seu fidedigno testemunho ocular, o autor arrogava para si o mérito de reunir depoimentos “insuspeitos”, os quais certificavam a autoridade e a certeza do exposto. Assim, nas correspondências a *O Estado* contava que indagou “os mais antigos habitantes da Bahia”, “homens de maior respeitabilidade”, “distintíssimos oficiais”, “o comandante, cuja sinceridade está a cavaleiro de quaisquer dúvidas”, “homem distinto e inteligente” (CUNHA, 2000: 68, 94, 97, 125, 161). Em artigo publicado no mesmo jornal, em 26 de outubro de 1897, retrospectivamente quanto à campanha, orgulhava-se dos rastros cautelosos que o guiavam: “Enuncio um fato que me foi exposto pelas pessoas mais sérias da localidade (...). Exponho

lealmente a verdade afirmando que o general em chefe repetidas vezes me manifestou, com a franqueza excepcional que o caracteriza...”⁶

Os registros adquiridos em campo comportam, pois, uma hierarquia, uma vez que Euclides lhes depositava consideração, em razão de sua qualidade e de quem os proferia. Alguns receberam um tratamento mais verossímil, adjetivados como idôneos e conscienciosos, o que lhes atestava validade, em contraposição às variantes do arraial, julgadas, com frequência, como tendenciosas e delirantes. Nesta seleção de olhares e vozes, o lugar de enunciação de Euclides mensurava o estatuto de cada uma dessas versões, em geral, enaltecendo a de seus pares e menosprezando a dos sertanejos. Aliás, ao embrutecimento e à entrega ao desatino, arguia Euclides, devia-se a visão não lapidada e simplória da gente agreste, estrangeira nos domínios da verdade.

A passagem dos informantes, ou testemunhas de vista, da caderneta e das correspondências ao jornal para *Os sertões* condensa o trabalho de colar as peças de um mosaico. Com efeito, a organização dos testemunhos decorria da distância entre o “eu” e o “outro” (NICOLAZZI, 2009). As narrativas sertanejas que comprovariam a superstição e o véu da ignorância das populações do interior foram repetidas. Filtradas, segundo critérios de interesse, as informações do menino Agostinho, transmitidas com segurança e lisura reconhecidas por Euclides, apareceram no livro de 1902 sem, contudo, qualquer citação da fonte. Outras notícias, sobretudo a dos militares, como os tenentes-coronéis Durval Vieira e Siqueira de Meneses, o alferes Praxedes, e do médico Edgar Albertazzi, foram copiadas e classificadas como de grande valia. Se, eventualmente, estas últimas não receberam uma nota com a determinação da procedência, isso se deve menos a seu descrédito e mais a uma incipiente formalização de regras da escrita científica e ao débil sistema de citações de Euclides⁷.

O escalonamento dos relatos, orientando-se pelo que se mostraria mais factível para o prisma euclidiano, prestava-se, em última instância, a engendrar uma história, além de verdadeira, útil. Aqui, Tucídides, novamente, emergia como mestre. Porque o olhar só aprisiona o aqui e agora, a história que escava a verdade não pode regressar ao passado e, portanto, só existiria relativamente ao presente. Os sinais dos tempos pretéritos poderiam, tão somente, ser juntados por um esforço da arqueologia. Sendo o presente o único horizonte

⁶ Artigo de Euclides da Cunha, intitulado *O batalhão de São Paulo*, publicado em 26 de outubro de 1897, que estampa a primeira página de *O Estado de S. Paulo*. Consultado no acervo *on line* de o Estadão.

⁷ Até a terceira edição d’*Os sertões*, em 1905, Euclides participou das revisões e manteve inalterada esta desordem quanto às citações. Cf.: ARAUJO, 2002; BERNUCCI, 1995: 115.

possível da escrita da história, ninguém que aspirasse a escrevê-la retroativamente, e, por óbvio, já com o presente esvaído, teria o mesmo sucesso daquele que viu e esteve lá. É nesta medida que a história que perscruta a verdade seria uma aquisição para sempre (HARTOG, 2001: 84).

Esse Euclides que vincava em suas cadernetas de campo “fui um espião da História” ciceroneou o público leitor, na nota preliminar d’*Os sertões*, de modo a designar sua escrita como proveitosa para a posteridade, porquanto, como observador, soubera registrar o atual, os instantâneos que dançavam perante os olhos: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de *futuros* historiadores, os traços *atuais* mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (CUNHA, 2001: 65).

Se, por um lado, a retórica euclidiana acentuava a viabilidade e utilidade de historiar o que a visão mesma havia proporcionado, por outro, o autor deslizava em concessões a indícios do passado, talvez para justificar um complemento aos próprios sentidos. Uma forma de recuperar os tempos idos seria o rastejo da natureza, consoante o repertório de viajantes do século XIX, como Carl von Martius, uma vez que a provisoriade dos fatos humanos e o perecimento do presente contrapunham-se à fossilização do tempo na natureza.

Conforme Manoel Salgado, viandantes europeus, em especial, Carl von Martius, debruçavam-se sobre a natureza, não só pelo encantamento diante do belo ou para forjar um cenário convidativo aos futuros leitores. Intrigados com uma imaginada ausência de fiáveis balizas de historicidade nas Américas, também detinham seu olhar para costurar a história nos trópicos. Ao acessar e inventariar a natureza, desatavam o nó da temporalidade nas sociedades consideradas “sem história” (GUIMARÃES, 2000). Outra importante referência no sentido de elaborar uma história nacional a partir da história da natureza era Alexander von Humboldt, cuja obra serviu de modelo para a utilização de dados materiais como testemunhos diretos do passado. Segundo Kaori Kodama, o papel que Humboldt imputava à natureza na coleta de materialidade para historiar as sociedades ou etapas de uma sociedade sem escrita foi apropriado por letrados brasileiros oitocentistas, notadamente no IHGB. Isso se refletiu no interesse pela arqueologia e pelas idades remotas do continente americano, consolidado com a dupla seção de arqueologia e etnografia, oficializada pela publicação dos *Novos Estudos do Instituto Histórico e Geográfico*, em 1851 (KODAMA, 2011).

A postura de Euclides ressoava, pois, a de Carl von Martius e de Alexander von Humboldt - ambos citados em sua caderneta de bolso -, para quem o recurso à natureza

propiciaria a obtenção de rastros do tempo no Novo Mundo. Para Euclides, as terras ignotas não tiveram um historiador e, por serem habitadas predominantemente por iletrados, devido à precariedade da alfabetização, seriam raríssimos os vestígios escritos sobre sua origem e desenvolvimento (CUNHA, 2001: 192). Em decorrência, imperaria um passado inaudito, carente de indícios e de marcas rotuladas como “históricas” para planificar aquela população e instituir, ao menos, sua cronologia. O escrutínio da natureza, como “velha testemunha histórica”, era, portanto, imprescindível para o deciframento do passado daquela gente (CUNHA, 2000: 65).

Por isso, desde a caderneta e as correspondências ao jornal, durante sua estada na Bahia, aguçavam-lhe a curiosidade pedras e porções de areia, para futura datação, bem como as pesquisas do naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund sobre o homem da Lagoa Santa. Assim, palpitante para Euclides, a arqueologia propiciava vislumbrar meios para a explicação histórica daquelas terras incógnitas e longínquas da ilustração.

Euclides flertava, ainda, com o passado, estudando-o por meio de leituras e documentos, que dizia serem tanto mais críveis, quanto fossem preparados por quem tangenciara o ocorrido. Mobilizou a história de eventos passados, mormente para recriar o princípio da colonização, a atuação dos missionários jesuítas e capuchinhos na Bahia, a abertura do território pelos bandeirantes e, com isso, decifrar os processos etnológicos e as causas da solidão daqueles cantos. A “introdução histórica”, a qual se fazia imperativa para demarcar o anfiteatro dos dramas cotidianos e da luta dos sertanejos que havia presenciado, compunha-se de um conjunto de autores e desvela as malhas de sua intertextualidade, que agregam desde Fernão Cardim, em *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Frei Vicente do Salvador, em *História do Brasil*, Diogo de Campos Moreno, em *Livro que Dá Razão do Estado do Brasil*, a outros mais contemporâneos, como Adolfo Varnhagen, em *História Geral do Brasil*.

Além dessa produção histórica sobre o passado da nação, Euclides leu, especificamente, sobre os sertões baianos, os dados de pesquisa de Durval Vieira de Aguiar, em *Descrições Práticas da Província da Bahia* (1888), conforme verificado na caderneta e em suas correspondências, além de fatos e documentos do desenrolar da refrega, de Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, em *A guerra de Canudos* (1902), e do coronel Dantas Barreto, em *A última expedição a Canudos* (1989).

Apesar de ter retirado desses textos informações acomodadas em sua obra de 1902, permanecia a argumentar que o insulamento, selando o destino dos sertões, privara-os de um historiador. Posto que sobre as lacunas do passado pouco pudesse fazer, declarando-se

impotente - “as agitações sertanejas, do Maranhão à Bahia, não tiveram ainda um historiador. Não as esboçaremos sequer” (CUNHA, 2001: 243) -, quanto às brechas do presente, cabia-lhe a missão de transmitir com veracidade o que tinha vivenciado. A fugacidade do tempo e o desmanchar do presente impunham o exame premente dos sertanejos, que teimavam em “ainda” existir. Desta maneira, encarregava-se da penosa tarefa de projetar o ingresso daquela gente na história e, simultaneamente, de esculpir para si a imagem de historiador sincero dos sertões, que os viu, com nitidez e “firmeza de espírito” (CUNHA, 2001: 67).

Euclides não estava sozinho neste ofício de Sísifo, como outrora designara. Os procedimentos que valorizavam o olhar, o interpelar o presente e o sopesar dos testemunhos, os quais inspiraram sua prática e espelhavam as lições de Tucídides, dialogavam com a tradição historiográfica oitocentista brasileira. Para Kodama, a credibilidade conferida àquele que vê esteve intrincada à centralidade que as narrativas de autores em trânsito ganharam na confecção da história nacional e na produção de conhecimento mais ou menos formalizada, apoiada nos moldes científicos desenvolvidos, especialmente, na segunda metade do século XIX. Ademais, havia uma urgência neste exercício da visão, uma vez que o alvo da perscrutação, isto é, os habitantes mais primitivos da nação, os índios, estariam em vias de desaparecimento, segundo parte da elite letrada brasileira, sobretudo aquela abrigada no IHGB. Assim, a etnografia despontava como caminho possível para compilar informações sobre este “outro” fadado ao perecimento e para engendrar os primórdios da história da nação, motivo por que a produção etnográfica guardava uma estreita relação com a formação do campo disciplinar da história oitocentista (KODAMA, 2010).

A primazia da observação para costurar a história, ampliando sua operação para além do exame de arquivos, espalhou-se pelo século XIX e, mais tarde, também foi defendida por autores como Sílvio Romero.

Rodrigo Turin avalia como, para o crítico sergipano, o acesso à história se daria a partir de pesquisas etnográficas, na contramão de outras perspectivas historiográficas vigentes à época, como a de Capistrano de Abreu. Este, em uma série de artigos, em 1880, na *Gazeta de Notícias*, intitulados *História Pátria*, atacava a tese de Sílvio Romero, em *A literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, publicada no mesmo ano, aduzindo as armadilhas que a própria visão tramava contra o historiador. Para Capistrano, o conhecimento e a plenitude da verdade na história seriam atingidos, somente, ao se conferir autoridade às fontes, aos documentos, os legítimos testemunhos do passado, o que caracterizaria o método crítico da história que se pretendia científica. Romero, em direção diametralmente oposta, elegia a visão como recurso hábil para contrastar as idealizações e teses forjadas em gabinete,

profundas desconhecedoras do real palpável. Colava, portanto, a noção de investigador à de observador, motivo por que, apenas trilhando o caminho da experiência empírica, poder-se-ia recuperar a história da literatura e do folclore nacional (TURIN, 2004).

Ora, Euclides, leitor de Romero, o qual proferiria, mais tarde, o discurso de recepção daquele na ABL, enveredou-se pela mesma orientação. As viagens aos desertos interiores do país, além de razões de ordem pessoal, refletiam sua tentativa de aproximar-se de um material histórico bruto. Por isso, acreditava que a experiência em campo e o exercício de seu olhar fomentariam o ímpeto necessário para historiar as terras ignotas.

Além do reforço da visão e da verdade que ela permitiria alcançar, outra característica comum a Euclides e seus contemporâneos centrava-se na ênfase em quão laborioso era tecer a história nacional. Turin, no artigo *Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista*, desenvolve a ideia de que, ao lado da sinceridade e da cientificidade, a dificuldade consubstanciava um *topos* caro à operação historiográfica oitocentista. Privativa para as mãos e penas mais capacitadas, a escrita da história da nação impingia sacrifícios e um devotamento absoluto à verdade, de modo a canalizar forças hercúleas no trabalho de coleta, crítica e exposição das fontes. Dar a conhecer a trajetória de um objeto de estudo garantiria ao leitor a reconstrução dos difíceis passos da pesquisa, de sorte a engrandecer o produto final e alijar quaisquer rumores sobre sua utilidade para gerações vindouras. De acordo com Turin, esse *topos* perpassou a tradição histórica imperial, com autores como Varnhagen e von Martius, e se fundiu à remodelação historiográfica no alvorecer da República, aderindo à retórica de figuras como Romero (TURIN, 2009: 12-28).

O compartilhamento do primado da observação e do compromisso com a verdade em detrimento do deleite redimensiona um episódio que envolveu uma dúvida sobre a estada de Euclides em Canudos. Gilberto Amado, em *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa* (1956), terceiro volume de suas memórias, contou que ouvira de Siqueira de Meneses, o então governador de Sergipe, acerca daquele: “Não me fale nesse. (...) Nunca foi lá. Nunca se perdeu por aquelas bandas. Nunca me viu. Nunca o viram!” (AMADO, 1956: 179)⁸. O desmentido abalou sua imagem para Gilberto Amado, que, forçosamente, concluiu: “Euclides da Cunha, segundo a gente do sertão, inventou muita coisa, romantizou, desfigurou muito do que diz ter visto” (AMADO, 1956: 176).

⁸Este episódio foi, ainda, contado por José Calasans, para recuperar as relações entre Euclides da Cunha e Siqueira de Meneses. Cf.: CALASANS, 1956.

Conquanto a viagem do autor aos sertões seja irrefutável, em razão não só dos registros euclidianos *in loco*, como também dos jornais baianos que veiculavam sua visita à redação e, sobretudo, das fotografias de Flávio de Barros, a conjectura de Amado se mostra relevante, porque esse “diz ter visto” desempenha a função de nublar a certeza sobre a presença de Euclides nos sertões baianos e, no mesmo movimento, levantar a suspeita sobre a retidão da narrativa, caso, de fato, tenha “se perdido por aquelas bandas”.

Assim, o “ter estado lá” se converte no próprio argumento de autoridade, aqui pensada como as estratégias acionadas pelo autor para erigir sua presença, assegurando, tanto em termos epistemológicos, quanto de poder, a legitimidade sobre o discurso acerca do contexto social e cultural a ser representado⁹. Por conseguinte, as pontas do olhar e do experienciar atam-se e permitem a digressão teórica sobre os sentidos da experiência etnográfica, a partir do aporte de James Clifford.

Clifford, no artigo *Sobre a autoridade etnográfica*, ao comparar o frontispício de 1724 do livro *Moeurs des sauvages américains*, de Joseph-François Lafitau, que retrata uma jovem, num recinto, rodeada de objetos do Novo Mundo, com a folha de rosto de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), de Malinowski, no qual a fotografia localiza o autor na cena nativa, tira a ilação de que essa diferença traceja o modo predominante e moderno de autoridade no trabalho de campo, em que a observação de primeira mão torna-se fundamental, formulando-se, pois, um “você está lá... porque eu estava lá” (CLIFFORD, 2002: 17-19).

De certa forma, em Euclides, o uso do material redigido *in situ* e a circunscrição de seu posto de observador, decalcada, por exemplo, na nota à segunda edição d’*Os sertões*, divulgam ao seu público que as veredas para conhecer aqueles desertos do país foram abertas por ele. Ao longo do texto, os diversos “vimos que” deste autor que renunciara aos gabinetes, para se enredar em solos inóspitos, atuavam como uma espécie de empréstimo do olhar ao leitor, que, persuadido pelo prisma de quem presenciou os eventos, restaria convencido da narrativa.

A confluência da estratégia euclidiana com a dos profissionais do trabalho de campo não camufla, porém, sua inserção em um período que antecede à fixação de um consenso acerca da necessidade de uma vivência, desdobrada em descrição densa, realizada por acadêmicos qualificados, para o fazer etnográfico. Segundo James Clifford, até o final do século XIX, o etnógrafo, em seus primevos lineamentos, não gozava de *status* privilegiado

⁹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “Apresentação”. In: CLIFFORD, 2002: 13.

como um intérprete superior aos viajantes, missionários, administradores, todos coexistindo nas fluidas fronteiras disciplinares. Apenas durante a década de 1920, com as pesquisas de Malinowski, a rotação para uma autoridade cientificamente validada se institucionalizou. Ao longo da primeira metade do século XX, impôs-se, paulatinamente, a obrigatoriedade de um conhecimento balizado pelas hipóteses científicas mais ajustadas, investido de neutralidade e incrementado pela exigência da observação participante intensiva.

Essa advertência torna plausível situar Euclides no contexto que Clifford denomina “geração intermediária”, anterior à formalização dos conteúdos disciplinares da etnografia, que não vivia tipicamente num lugar por tempo prolongado, dominando a linguagem nativa, em sua acepção mais ampla, e passando por uma experiência pessoal similar aos ritos de iniciação. Ao revés de exprimirem-se como porta-vozes da cultura sob análise, conservavam uma postura documentária, observadora, contígua a de um cientista natural. A pertinência desta categoria para esquadrihar a posição de Euclides nos sertões baianos fundamenta-se, de plano, quando se pondera o diminuto lapso temporal de cerca de 70 dias, dividido em várias paradas, da chegada a Salvador à partida para o Rio de Janeiro. Neste interstício, em Canudos, abrigou-se em barraca militar, na outra margem, em sua multiplicidade de sentidos, do rio. Quanto a suas vestimentas, outro jeito de exteriorizar a distância, repare-se que na fotografia de Flávio de Barros, intitulada *28º batalhão de infantaria no acampamento*, aparece com trajes militares, empunhando espada, e nas missivas de 31 de agosto, em Alagoinhas, e 04 de setembro, em Tanquinhas, sutilmente, refere-se a seu dólma, sem “uma partícula de pó” (CUNHA, 2000: 127), bem como a um soldado ferido que erguia forças para fazer-lhe continência (CUNHA, 2000: 151). Com gracejo, Alfredo Silva, correspondente de *A Notícia*, em 18 de setembro, retratou Euclides diversamente, mas, ainda assim, portando um hiato.

Fui hoje até a igreja de Santa Cruz, depois de subir a pedregosa e íngreme ladeira. Nesse delicioso passeio fui acompanhado pelo distinto correspondente do Estado de S. Paulo, Dr. Euclides da Cunha e pelos Srs. Major Lauriano Trinas, Capitão Eduardo Rangel, Aníbal de Oliveira e cabo Batista, que no 7º batalhão acompanhou a bandeira. Dos vossos vestuários incontestavelmente destacava-se o do distinto colega que, chegando ainda anteontem, se apresentou em vistosas botas de verniz, calça branca, camisa de fina seda e chapéu de fina palha. Bons tempos o esperam neste canto da Bahia, em que um banho constitui o x mais complicado dos problemas (GALVÃO, 1994: 423-424).

Além do padrão normativo que começava a incidir sobre a pesquisa etnográfica profissional de viver com e, mais ou menos, como os nativos por um período suficiente, tentando tocar nas vicissitudes da cultura local, prescrevia-se uma atitude inclinada ao

relativismo cultural – tendo como meta a neutralidade -, que distinguia, mais veementemente, as atividades do amador e do sujeito treinado pelas novas técnicas do olhar. Euclides, aproximando-se mais de um compilador de costumes e singularidades da natureza, imbuído de interesse documentário e de juízo mensurador, observava o “outro” de modo menos imparcial, sobretudo por pronunciar-se em nome da República e por vincular-se oficialmente ao Exército. Tal como os viajantes, os missionários e os administradores que pintavam a cor local, estava preocupado com problemas políticos e, mais, com um impasse para a configuração da nação brasileira.

Para a autoridade experiencial etnográfica, somava-se à emergência da centralidade da observação participante e à primazia dada ao visual, o requisito de uma sensibilidade para o contexto estrangeiro e o intento de estabelecer uma esfera comum, a partir da construção de um mundo de experiências partilhadas. Esta sensibilidade pode ser lida como uma afinidade emocional, uma disposição prévia para a compreensão da alteridade e para a instituição de laços neste compartilhar (CLIFFORD, 2002: 34). No caso de Euclides, essa empatia primeira não parece se verificar e o “sentir-se em casa”, que deveria guiar a participação pessoal dos etnógrafos, tropeçava no desenho da “*urbs* monstruosa”, da “aldeia sinistra”, do “inferno dantesco” do lado de lá, cenário que reputava pouco acolhedor para dividir um horizonte de experiências.

A respeito deste lugar para onde se lançou o observador, o advérbio “lá” significa, de partida, uma distância, entre o “eu” que olha, pertencente ao “aqui” e ao “cá”, e o “outro” observado. O vaivém no espaço não estava adstrito, contudo, à prática de Euclides, pois se incrustava no seio da experiência etnográfica a vontade de uma experiência autêntica. Essa atitude cultural do investigador de deslocar-se para um terreno estrangeiro materializava a procura pela genuinidade, sobrevivente, apenas, fora dos limites do mundo moderno. Para Euclides, o “lá”, mais do que território autêntico, não corrompido pela civilização, representava a radicalidade da alteridade. Os sertões ocupavam a margem não propriamente geográfica, mas simbólica das solidões interiores da nação. À beira da história, à revelia do progresso, reviravam seu instrumental teórico, para que, da bagagem, extraísse mecanismos para sua interpretação.

James Clifford, recordando Wilhelm Dilthey, nota que o processo de se viver a entrada em um universo expressivo estranho acaba apelando para formulações permanentemente fixadas, para formas estáveis às quais o ato de interpretar possa retornar. Neste ponto, arrisca-se um paralelo com o que François Hartog, em *Le miroir d'Herodote*, define como retórica da alteridade:

Dire l'autre, c'est le poser comme différent, c'est poser qu'il y a deux terme *a* et *b* et que *a* n'est pas *b*. (...) Dès lors que la différence est dite ou transcrite, elle devient significative, puisqu'elle est prise dans les système de la langue et de l'écriture. Commence alors ce travail, incessant et indéfini (...) qui consiste à ramener l'autre au même. À partir de la relation fondamentale qu'instaure entre deux ensembles la différence significative, peut se développer une rhétorique de l'altérité que vont déployer les récits qui parlent avant tout de l'autre, les récits de voyage au sens large. Un narrateur, appartenant au groupe *a*, va raconter *b* aux gens de *a*; il y a le monde où l'on raconte et le monde que l'on raconte; comment, de manière persuasive, inscrire le monde que l'on raconte dans le monde on où l'on raconte: tel est le problème de *traduction*. Pour traduire la différence, le voyageur a à sa disposition la figure commode de l'inversion où l'altérité se transcrit en anti-même. On conçoit que les récits de voyage ou les utopies y recourent abondamment, puisqu'elle construit une altérité « transparente » pour l'auditeur ou le lecteur: il n'y a plus *a* et *b*, mais simplement *a* et l'inverse de *a*; on conçoit même qu'elle soit la figure privilégiée du discours utopique, dont le projet n'est jamais que de parler du même. (HARTOG, 2001 : 331-332)¹⁰

Neste excerto, embora não empregue a terminologia “formas estáveis”, Hartog revela uma engrenagem similar na decifração do “outro”. Há, aqui, um recurso ao horizonte de compreensão daquele que observa, ou seja, a referências familiares ao mundo do sujeito em trânsito, para traduzir a alteridade ao destinatário da narrativa. Após adentrar no solo da alteridade, esse observador que “esteve lá” precisa transformar a diferença em inteligibilidade. Para isso, apresenta o “outro”, descreve-o como diferente, e, depois, converte-o no avesso de si e de seus interlocutores.

Além do fabricar do “antipróprio”, da inversão, outra estratégia discursiva, consoante Hartog, seria a comparação, com o estabelecimento de semelhanças e dissimilitudes, aproximações e distanciamentos, paralelos e analogias. E, assim, mais uma fórmula para equacionar a alteridade seria: *a* está para *b*, assim como *c* está para *d*.

Essas táticas, em suma, reduzem o “outro” ao que já se conhece ou “filtram o outro no mesmo”. Euclides articulou-as, desde a estada em Canudos, para ver o “outro” e traduzi-lo, segundo os parâmetros que lhe soavam mais propícios, e as sofisticou, mais tarde, nos célebres oximoros d’*Os sertões*.

¹⁰Dizer o outro é enunciar-lo como diferente, é enunciar que existem dois termos *a* e *b* e que *a* não é *b*. (...) Assim que a diferença é dita ou transcrita, ela se torna significativa, porque passa a ser avaliada dentro dos sistemas da língua e da escritura. Começa, então, o trabalho, incessante e indefinido (...) que consiste em reduzir o outro a si mesmo. A partir da relação fundamental que instaura a diferença significativa entre os dois conjuntos, pode se desenvolver uma retórica da alteridade que revela as narrativas que falam, sobretudo, do outro, em especial as narrativas de viagem, em sentido amplo. Um narrador, pertencente ao grupo *a*, vai contar *b* às pessoas de *a*; existe o mundo onde se conta e o mundo de que se conta; como, de maneira persuasiva, inscrever o mundo que se conta no mundo onde se conta: este é o problema do narrador. Ele é confrontado com o problema da tradução. Para traduzir a diferença, o viajante tem à sua disposição a figura cômoda da inversão, na qual a alteridade é traduzida como o oposto de si (ou o contrário de si mesmo). Percebe-se que os relatos de viagem ou as utopias recorrem à inversão abundantemente, porque ela constrói uma alteridade “transparente” para o ouvinte ou o leitor: não existe mais *a* e *b*, mas simplesmente *a* e o inverso de *a*; entende-se mesmo porque ela é a figura privilegiada do discurso utópico, em que o projeto não é nunca mais do que falar de si (tradução nossa).

Conforme outrora comentado, na caderneta de campo e também nas missivas ao jornal, Euclides lamentava-se quanto à dificuldade de decodificar os sertões, quanto às imprecisões dos olhares anteriores e dos esquemas prévios. Para preencher esse vazio e esboçar a alteridade com que topara, ora invertia o sertanejo e sua terra, chamando-os de bárbaros, antípodas do civilizado, ora comparava-os a elementos que, normalmente, ecoavam uma primitividade: os jagunços eram “titãs bronzeados”, tinham a face “áspera como peles de múmias” (CUNHA, 2000: 76), nos assuntos da guerra, eram “instrutores selvagens” (CUNHA, 2000: 167), corporificavam o “mito extraordinário de Anteu” (CUNHA, 2000: 144), as vias do arraial “não são ruas, não são becos, são como que encanamentos de esgoto, sem abóbodas, destruídos” (CUNHA, 2000: 164), e as casas, “como que uma paródia grosseira da antiga casa romana” (CUNHA, 2000: 177).

Voltando a James Clifford, a fim de ponderar a experiência empírica de Euclides e seus procedimentos de tradução, tem-se que, para o antropólogo norte-americano:

a observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um desarranjo das expectativas pessoais e culturais. (CLIFFORD, 2002: 20).

Esse trecho aponta para alguns matizes necessários para pensar a presença de Euclides em campo, por ele evocada, sobretudo, quando às voltas do problema retórico de convencer seus leitores da verossimilhança do relato. Preliminarmente, cumpre ratificar, para não se incorrer em anacronismos, que, à época em que o autor viajou para os sertões, os imperativos do fazer etnográfico não haviam sido institucionalizados de maneira plena, sendo a delimitação do campo acadêmico ainda precária¹¹.

Após este parêntese, quanto à experiência *in loco* de Euclides, as pistas coletadas ao longo de todo o capítulo, desde a descrição de suas linhas no caderno de bolso às reflexões teóricas, permitem entrever a postura do observador, o anseio de agarrar as minudências, de perquirir a natureza, o homem e as batalhas. Submetendo seus registros a um olhar mais crítico, depreende-se que seu trânsito nas paragens baianas, frequentemente impelido por uma verve de cientista, apartava-se de um “circular entre os ‘outros’, como eles circulam entre si” (O’DONNELL, 2008: 89). Este “não viver como” e “não se sentir em casa” esmaecem, de algum modo, a profundidade da observação. Ademais, ao enveredar-se pelos

¹¹ Sobre o desenvolvimento das pesquisas de cunho etnográfico no Brasil, Kodama afirma que foi no seio do IHGB que se criou o espaço discursivo da etnografia no Segundo Reinado, como um saber auxiliar para a elaboração da história nacional. Cf. KODAMA, 2010.

vilarejos, acompanhado de militares, carregava, diante do “outro”, a identidade das forças republicanas, enviadas para esmagar o arraial. A respeito dos informantes, por vezes imbricados na figura do interrogado, a verticalidade dificilmente se dissipava, porque, ali, ouvia-se contar o inimigo, por mais comovedora que fosse sua tragédia.

Mesmo que se mitigue o envolvimento direto com os sertanejos, ondulam-se, na caderneta e nas missivas ao jornal, esperanças, expectativas e ilusões. Um enternecimento com as misérias daquela gente se enlaça nas folhas que trazia consigo e parece se adensar, em especial, a partir da entrada em Canudos. Já de volta para as bordas da civilização, ao principiar a escrita do livro que sairia em 1902, trocou-lhe o nome: *A Nossa Vendéia* deu lugar a *Os sertões*, talvez a conotar a passagem de um sertão distante e imaginado ao vivido. Talvez, ainda, para gravar mais incisivamente a sua estranha brasilidade, fazendo-o abandonar, pelo menos no título, a tão cara estratégia discursiva da comparação.

A estada de Euclides nos sertões baianos desvela, pois, o sentido das distâncias por ele experimentadas. Em um primeiro momento, a distância frente ao espaço incógnito fez saltar aos olhos a diferença até então incalculável entre as gentes daquelas porções de terra e o restante do país. Em um segundo plano, a distância entre o “eu” que desconhecia e o que “esteve lá” ensejou mudanças no próprio sujeito-viajante a redundarem em sua interpretação da alteridade (BELLUZZO, 2008). A tradução da alteridade estava eivada, como dito acima, por fórmulas para inscrever o outro na cultura em que se fala, através de artifícios, como a inversão e a comparação, jogando, sobretudo com o tempo e o espaço neste decifrar.

Do outro lado do rio, a distância empalideceu a densidade participativa de sua observação, tornando imperioso se temperar essa experiência, que flerta com a etnografia, sobretudo, como uma metáfora do olhar. Por isso, a ideia de um margear o “outro”: segue-se pelas margens, anda-se pelas beiras, mas não se experimenta, efetivamente, o lugar do “outro”. Euclides exercitou, sim, a visão, mas por cima dos ombros.

FONTES:

CUNHA, Euclides. *Caderneta de Campo*. ANDRADE, Olímpio de Sousa (Org.). São Paulo; Brasília: Cultrix, 1975.

_____. “Academia Brasileira de Letras (Discurso de recepção), 1903”. In: *Obra Completa*. COUTINHO, Afrânio (Org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

_____. *Diário de uma expedição*. GALVÃO, Walnice Nogueira. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Os sertões*: (campanha de Canudos). São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Regina. “O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os sertões na virada do século”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol.5, Rio de Janeiro, julho, 1998, p.93-115.

AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1956.

ARAUJO, Ruy Magalhães de. “Comentários sobre as várias edições d’*Os sertões*, de Euclides da Cunha”. In: *SOLETRAS*, ano II, nº 04. São Gonçalo: UERJ, julho-dezembro, 2002, p. 47-56. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/soletras/4/05.pdf>>. Acesso em: 20/11/13

BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

BELLUZZO, Ana Maria, “O viajante e a paisagem brasileira.” In: *Revista Porto Arte*: Porto Alegre, v. 15, nº 25, novembro, 2008, p. 40-57.

CALASANS, José. “Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes”. In: *Arquivos da Universidade da Bahia*, Faculdade de Filosofia, vol. V, Bahia, 1956.

_____. “Euclides da Cunha nos jornais da Bahia”. In: *Revista de Cultura da Bahia*, n. 4, julho-dezembro de 1969. Disponível em: <<http://josecalasans.com/downloads/artigos/17.pdf>>. Acesso em: 07/07/13.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo: Ática, 1994.

GOMES, Gínia Maria de Oliveira. **A travessia de uma Terra ignota: leitura de *Os sertões, de Euclides da Cunha***. Tese de doutorado em Literatura Brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. In: *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, vol. 7, nº 2, Rio de Janeiro, julho/outubro, 2000, p. 389-410.

HARTOG, François. *Le miroir d’Hérodote: essai sur la représentation de l’autre*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

_____. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

KODAMA, Kaori. “Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena.” In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol.5, nº 2, maio/agosto, 2010, p. 253-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222010000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 15/01/2014.

_____. « La section d’Ethnographie de l’Institut Historique et Géographique Brésilien (1840-1860) ou la « Place » De l’Indien dans l’histoire du Brésil ». In : *L’Atelier du Centre de recherches historiques*, abril, vol. 7, 2011. Disponível em: <<http://acrh.revues.org/3724>>. Acesso em : 15/01/2014.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentin. *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. “O narrador e o viajante: notas sobre a retórica do olhar em *Os sertões*”. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, 2009, p. 67-85.

O’DONNELL, Julia Galli. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

TURIN, Rodrigo. “Quando a etnografia faz história: o primado da observação e a construção da temporalidade em Sílvio Romero.” In: *XI Encontro Regional de História*, ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2004, p.25.

_____. **Narrar o presente, projetar o futuro: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2005.

_____. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista.” In: *Revista de História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 2, 2009, p. 12-28.